

REVISTA Fonset

FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS DO TRABALHO



CONFERÊNCIAS
ESTADUAIS
DO TRABALHO
DECENTE

POR MAIS E MELHORES EMPREGOS

DIRETORIA



Nilton Vasconcelos (BA)
PRESIDENTE



Tânia Garib (MS)
PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE



Davi Zaia (SP)
SEGUNDO VICE-PRESIDENTE



Luis Claudio Romanelli (PR)
SECRETÁRIO



Iranildes Caldas (AM)
TESOUREIRA

Conselho Fiscal
Carlos Pimenta (MG)
REGIÃO SUDESTE

Maria Aparecida Ramos (PB)
REGIÃO NORDESTE

José Hage (PA)
REGIÃO NORTE

SECRETARIAS DO TRABALHO

ACRE

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia
Secretário: **EDVALDO SOARES DE MAGALHÃES**
(68) 3223-6906
Fax (68) 3223-1281

ALAGOAS

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **HERBERT MOTTA DE ALMEIDA**
(82) 3315-1853/1856
Fax (82) 3315.1856

AMAPÁ

Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo
Secretário: **SIVALDO DA SILVA BRITO**
(96) 3225-8766/3225-8750/8763
Fax (96) 3225-8756/8766

AMAZONAS

Secretaria de Estado do Trabalho
Secretária: **IRANILDES GONZAGA CALDAS**
(92) 3621-2232/2249
Fax (92) 3621-2255

BAHIA

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Secretário: **NILTON VASCONCELOS**
(71) 3115.3396/3398/3140
Fax (71) 3115-3394

CEARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
Secretário: **EVANDRO LEITÃO**
(85) 3101-4601/4597/4572
Fax (85) 3101-2121
(85) 3101-2121

DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal
Secretário: **GLAUCO ROJAS IVO**
(61) 3327-0009
Fax (61) 3326-1176

ESPIRITO SANTO

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos
Secretário: **RODRIGO COELHO**
(27) 3224-6487/6459
Fax (27) 3314-5758

GOIÁS

Secretaria de Estado da Cidadania e Trabalho
Secretário: **HENRIQUE PAULISTA ARANTES**
(62) 3201-8566 / 8569/8600
Fax (62) 3201-8563/8561

MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego
Secretário: **CARLOS PIMENTA**
(31) 3348-4505
Fax (31) 3337-7988

MARANHÃO

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária
Secretário: **JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY**
(98) 3218-9853 / 9856
Fax (98) 3218-9865

MATO GROSSO DO SUL

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social
Secretária: **TÂNIA MARA GARIB**
(67) 3318-4156/4141
Fax (67) 3318-4111/4133

MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social
Secretária: **ROSELI DE FÁTIMA MEIRA BARBOSA**
(65)3613-5713/5706/5790/5746
Fax (65) 3613-5708

PARANÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
Secretário: **LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**
(41) 3883-2505/2506/2643
Fax (41) 3322-2740

PARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **JOSÉ ALFREDO SILVA HAGE JÚNIOR**
(91) 3194-1725/1724
Fax (91) 3194-1728

PARAÍBA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Secretária: **MARIA APARECIDA RAMOS DE MENEZES**
(83)3218-6646/6645
Fax (83) 3218-6634

PERNAMBUCO

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo
Secretário: **ANTÔNIO CARLOS MARANHÃO DE AGUIAR**
(81) 3183-7001/7002/7003
Fax (81) 3183-7008/7016

PIAUI

Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo
Secretária: **LARISSA MENDES MARTINS MAIA**
(86) 3211-0696
Fax (86) 3211-0696

RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
Secretário: **LUÍS AUGUSTO LARA**
(51) 3288-6415/6417/6400
Fax (51) 3288-6430

RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
Secretário: **LUIZ EDUARDO CARNEIRO COSTA**
(84) 3232.1850/1810
Fax (84) 3232.1830

RORAIMA

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Secretária: **FERNANDA RIZZO AGUIAR**
(95) 2121-2657/2640/2600
Fax (95) 2121-2640

RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado do Trabalho e Renda
Secretário: **Sérgio Zveiter**
(21) 2332-6710
Fax (21) 2332-6709

RONDÔNIA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretário: **EDSON LUIZ VICENTE**
(69) 3216-5261/5177
Fax (69) 3216-5990

SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Secretário: **ANTÔNIO SERAFIM VENZON**
(48) 3229-3779/3722/3766
Fax (48) 3229-3618

SERGIPE

Secretaria de Estado do Trabalho
Secretário: **MARCELO FREITAS**
(79) 3198-0502
Fax (79) 3198-0502

SÃO PAULO

Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho
Secretário: **DAVI ZAIA**
(11) 3241-7004/7011/7013/7203/7205
Fax (11) 3241.7010

TOCANTINS

Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social
Secretário: **AGIMIRO DIAS DA COSTA**
(63) 3218-1926/1988
Fax (63) 3218-1990



FONSET AMPLIA SUA ATUAÇÃO E FORTALECE AGENDA DO TRABALHO DECENTE

Esta edição reserva um espaço editorial especial para o processo de construção das Conferências Estaduais de Emprego e Trabalho Decente como etapa preparatória à Conferência Nacional, momento privilegiado no debate das questões candentes do mundo do trabalho do país.

O esforço das secretarias estaduais e do Fonset é alcançar a meta de realizar conferências em todos os estados e o Distrito Federal. Mais do que isto, já se observa uma mobilização dos municípios e regiões na realização de conferências locais. Como registra a diretora do Escritório da OIT no Brasil, Dra. Laís Abramo, em seu artigo aqui publicado, a expectativa é de que este processo de mobilização sem precedentes em torno dos temas de uma agenda do trabalho decente contribua para a “erradicação da pobreza, diminuição da desigualdade social, fortalecimento da governabilidade democrática e avanço rumo a um padrão de desenvolvimento inclusivo e sustentável.”

Neste sentido, a aprovação da Convenção do Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos da OIT representa uma importante conquista para um segmento que tem um baixo nível de proteção social. Também nesta edição, contamos com um artigo de autoria da ministra Delaíde Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho, que acompanhou a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, e podemos oferecer aos leitores da *Revista Fonset* as observações de uma especialista nesta temática. Segundo a ministra, a maior vitória foi a garantia de direitos iguais aos trabalhadores domésticos, e conclama as autoridades de todos os poderes a unir esforços para que o Brasil seja o primeiro a ratificar a Convenção 189 e a Recomendação 201 da OIT.

Registre-se ainda que, nesta edição, contamos com uma entrevista com a ministra Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República. A busca da igualdade no mercado de trabalho implica na discussão das questões de gênero e raça, e a adesão das Secretarias Estaduais a programas como o Pró-equidade, da SPM, favorece o esforço de atingir este objetivo.

Agradecemos, ainda, a contribuição da coordenadora-geral de Estatísticas do Trabalho/MTE, a Sra. Maria Emília Veras, com informações valiosas sobre o mercado de trabalho no país a partir da análise dos números da RAIS.

Com essas participações especiais nesta edição, reafirmamos a intenção de que a *Revista Fonset* seja um instrumento de aproximação e interlocução entre os diferentes atores da cena do mundo do trabalho para alcançarmos um novo patamar nas políticas públicas para o setor e para a garantia de direitos.

FONSET - Ao longo deste ano, o Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho já esteve reunido duas vezes (em março, em Salvador, e em maio, extraordinariamente, em Brasília). Tanto nas reuniões quanto nas diversas instâncias que participa, tem pautado — porque ainda não está equacionada — a questão da insuficiência de recursos para qualificação profissional. No Codefat, o MTE fez aprovar alteração da Resolução que trata da distribuição dos recursos. Apesar de aceitar parte das mudanças propostas pelo Fonset, a alteração do MTE mais agrava do que contribui com a solução do problema. A iniciativa provoca maior dispersão das verbas entre estados e municípios, simultânea concentração da execução de ações de qualificação no MTE, além de elevar o risco de dissociação com os esforços de incrementar a intermediação para o emprego.

Às vésperas da aprovação do Pronatec, programa do MEC que prevê investimentos de grande monta para a qualificação e formação profissional, cujas fontes de financiamento ainda não estão totalmente definidas, o Fonset esforça-se em interagir com o Congresso Nacional, em especial com o relator deputado Alex Canziani, assim como debatendo com o próprio Ministério da Educação.

O objetivo é o fortalecimento do Sistema Público de Emprego, garantindo eficácia nas ações de qualificação à medida que estes trabalhadores sejam encaminhados o mais rápido possível para um emprego, através da rede de 1400 unidades, noventa por cento delas sob responsabilidade dos estados.

Tais alterações no plano institucional, com um crescimento do protagonismo do MEC no campo da qualificação, reforçam a necessidade tantas vezes ressaltada pelo Fonset, de criação de um Sistema Único do Trabalho, no qual haja efetivo espaço para que as Secretarias Estaduais possam contribuir também na definição das políticas públicas do setor.

Nilton Vasconcelos
Presidente do Fonset

EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO FONSET
FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS DO TRABALHO

Edição nº 4 - Julho de 2011

forum.fonset@gmail.com

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Hilda Fausto (DRT-BA 1748)

REPÓRTERES
Camila Jasmin (DRT-BA 2891)
Flávia Vasconcelos (DRT-BA 3045)

FOTOGRAFIA
Ascom Secretarias

Jorge de Jesus
Secom/Ba
Agência Brasil/Elza Fiúza

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Rita Andréia

DESIGN, ILUSTRAÇÕES E EDITORAÇÃO
Miguel Cotrim - XCOM

IMPRESSÃO
Idealgraf Editora

TIRAGEM
10 mil exemplares
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



A importância da promoção do Trabalho Decente, conceito defendido pela OIT, dominou pauta da terceira edição da Revista Fonset, lançada em março de 2011. Trouxe, ainda, as principais iniciativas programadas pelos secretários de Trabalho para a gestão que se iniciou em janeiro último. Também publicou, na íntegra, o regimento interno da 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, marcada para o ano que vem. E entrevistou Haroldo Lima, diretor-geral da ANP, que falou sobre a participação da Agência na qualificação dos trabalhadores.

As opiniões emitidas em artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento do Fonset.

Reunião do Fonet elegeu nova diretoria	6
MTE volta atrás e flexibiliza Resolução sobre recursos de qualificação	8
Curitiba implementa Agenda do Trabalho Decente	10
O Brasil discute o trabalho decente em uma escala sem precedentes - <i>Artigo Laís Abramo</i>	11
Estados em ritmo de preparação das Conferências do Trabalho Decente	12
Fonet e OIT firmam parceria para diagnóstico do trabalho decente no Brasil	16
Fóruns e Conselhos de secretários estaduais fortalecem políticas regionais	18
Secretaria da Mulher representa avanço na luta pela igualdade de gênero - <i>Entrevista com a ministra Iriny Lopes</i>	20
Estados promovem Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego	22
Pronatec: é preciso integrar com o Sistema Público de Emprego	24
Audiência Pública na Câmara Federal discute Pronatec	26
Relação Anual de Informações Sociais aponta aquecimento do mercado de trabalho	28
A conquista dos trabalhadores domésticos <i>Artigo ministra Delaíde Miranda Arantes</i>	30



Reunidos em março, em Salvador, secretários estaduais de Trabalho elegem nova diretoria do Fonset

Com expressiva participação de 18 Secretarias Estaduais do Trabalho, o Fonset realizou, em março último, sua 83ª reunião ordinária, a primeira do ano de 2011. Além de secretários e secretárias estaduais, a reunião teve as presenças do assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego, Mário Barbosa, do presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), Luigi Nese, da diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, e do secretário Adjunto de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira.

A eleição da nova diretoria foi um dos

pontos de pauta. A avaliação positiva da atual gestão, com a retomada da organização e o papel atuante que tem tido o Fórum foram os argumentos para a recondução de parte da diretoria. O secretário de Trabalho do estado da Bahia, Nilton Vasconcelos, foi reconduzido à presidência, assim como a secretária Iranildes Gonzaga Caldas, do Amazonas, foi reeleita para o cargo de Tesoureira. Para a vice-presidência e segunda-vice presidência foram aprovados, respectivamente, os nomes da secretária do Mato Grosso do Sul, Tânia Mara Garib; e do secretário de São Paulo; Davi Zaia. Luiz Cláudio Romanelli, do Paraná, foi eleito secretário da entidade e para o Conselho Fiscal foram eleitos: Carlos Pimenta



REUNIÃO DO FONSET ELEGEU NOVA DIRETORIA

(Minas Gerais); Maria Aparecida Ramos de Menezes (Paraíba) e José Alfredo Hage Júnior (Pará).

Também foram aprovados os nomes dos integrantes da Câmara Técnica do Fonset. São eles: Herbert Motta de Almeida (secretário do Trabalho, Emprego e Renda de Alagoas); Antônio Carlos Maranhão de Aguiar (secretário do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo de Pernambuco); Tarciso Celso Vieira de Vargas (subsecretário do Trabalho e Renda do Espírito Santo); Elietti de Souza Vilela (diretora do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda do Paraná); Maria Thereza Andrade (superintendente de

Desenvolvimento do Trabalho da Bahia); Cícero Ávila de Lima (diretor-geral da Fundação do Trabalho do Mato Grosso do Sul) e Ari Célio Régis Mendes (coordenador Estadual do Sine Ceará).

Recursos – A persistente insuficiência de recursos para qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros foi também assunto discutido na reunião. Os secretários queixam-se que, apesar de ser crescente a demanda por qualificação da mão de obra em todos os estados, o Ministério do Trabalho e Emprego não tem correspondido com recursos suficientes para atender a essa realidade.

Em 2011, os recursos destinados

à qualificação estão limitados a R\$200 milhões para os planos Setoriais (PlanSeQs) e Territoriais (PlanTeQs). A quantia é considerada insuficiente pelo conjunto dos secretários, que lembram que esse valor é menor do que o Orçamento de 2010, quando foram distribuídos para esse fim R\$227 milhões.

A organização da 1ª Conferência Nacional do Trabalho Decente também constou da pauta do encontro. O representante do Ministério do Trabalho e Emprego apresentou a proposta, enfatizando ser um evento que deve mobilizar empregados, empregadores, governos e entidades da sociedade civil de todo o Brasil.

MTE VOLTA ATRÁS E FLEXIBILIZA NA ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO SOBRE RECURSOS PARA QUALIFICAÇÃO



Reunião extraordinária do Fonset posicionou-se contrária às mudanças da Resolução 575, do MTE

A firme participação do Fonset na reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, dia 26 de maio, foi decisiva para evitar a aprovação da proposta original de alteração da Resolução 575 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É por meio dessa Resolução que são estabelecidas as diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Ao final da votação, venceu a posição adotada pelas Secretarias Estaduais do Trabalho, ficando mantida a sugestão defendida pelo Fonset de permanecer integradas as ações de qualificação e intermediação. Para o Fonset, a mudança, da maneira proposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego, levaria à pulverização dos parques recursos do FAT destinados à qualificação da mão de obra. Essa medida desvincularia, simultaneamente, as ações de

qualificação profissional dos procedimentos de intermediação de trabalhadores para o emprego, com impacto imediato no atendimento às demandas do mercado de trabalho.

A posição do Fonset sobre o assunto foi amplamente discutida e aprovada em reunião extraordinária realizada no dia 25 de maio, em Brasília. Com a presença de representantes de 23 estados e mais o Distrito Federal, o colegiado aprovou uma Carta Aberta à presidenta Dilma, onde manifestou a crescente preocupação dos estados com medidas que vem sendo adotadas no âmbito do Sistema Público de Emprego (SPE).

Modernização - No documento, defenderam a necessidade de atualização e modernização do SPE, mas sem que ocorra sua descaracterização, ou seja, a integração entre qualificação, intermediação para o trabalho e habilitação ao seguro desemprego. Como o Codefat acatou a proposta do Fonset, a carta não chegou a ser enviada à presidenta Dilma.

Além do presidente, o Fonset esteve representado na reunião do Codefat pela secretária Adjunta do Pará, Mônica Dantas Coutinho. “Apesar dos muitos desafios a serem vencidos, considero que o Fonset sai fortalecido dessa discussão, tendo cumprido seu papel em defesa do sistema público de emprego e dos trabalhadores brasileiros”, destaca Nilton Vasconcelos.

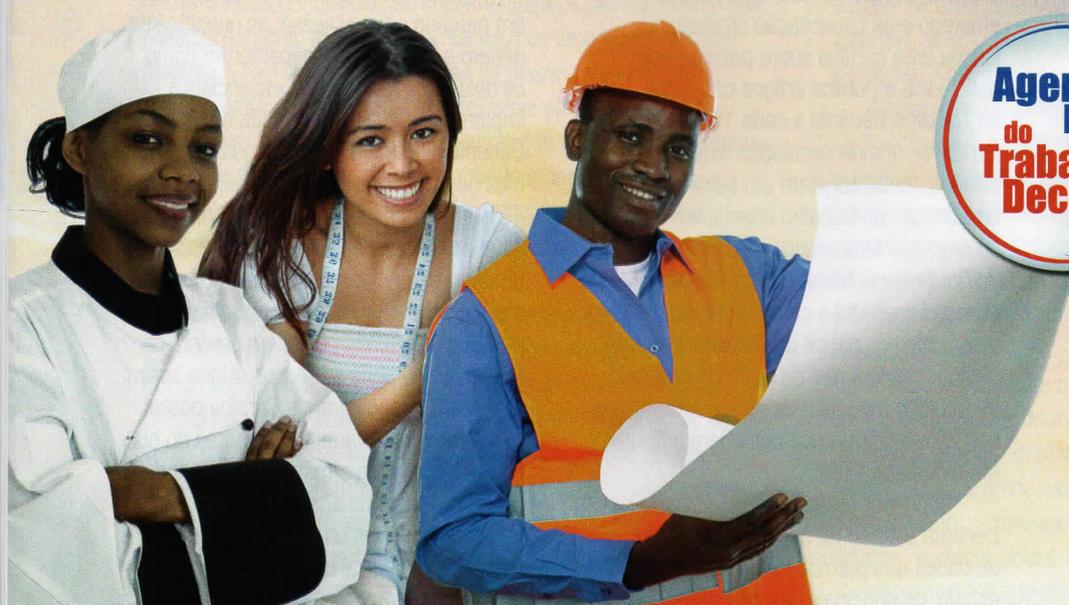
A preparação das conferências estaduais de Emprego e Trabalho Decente também foi pauta da reunião extraordinária, assim como a apresentação, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, do plano de trabalho para a realização das oficinas regionais de capacitação em construção e análise de indicadores de trabalho decente. A promoção desses seminários é fruto do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Fonset e a OIT e servirá de subsídios para as Conferências Estaduais. Ainda na reunião, foi aprovado o Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego, marcado para o dia 17 de agosto (ver matérias sobre os assuntos às páginas 16, 22 e 23).

III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE

A gente sabe que, para ter uma vida mais digna, é preciso ter um trabalho decente. Por isso, foi criada a Agenda Bahia do Trabalho Decente e estamos organizando a III Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente. Um amplo encontro da sociedade baiana para debater ações que assegurem conquistas, como trabalho adequadamente remunerado, com igualdade, liberdade, segurança e dignidade, condição básica para uma efetiva inclusão social.

Governo da Bahia: mais trabalho decente para quem mais precisa.

22 e 23 de setembro de 2011, Hotel Fiesta, em Salvador.



Nesta Conferência, celebramos a aprovação da Convenção 189/OIT sobre Trabalho Doméstico.



SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE





“ A Agenda tem a proposta de melhoramento da qualidade de vida do trabalhador. É um passo muito importante, mas é preciso caminhar para mudanças estruturais na nossa sociedade ”

Paulo Bracarense
Secretário do Trabalho de Curitiba

CURITIBA AVANÇA NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE

Curitiba deu um passo importante rumo à valorização do trabalhador no dia 4 de abril, quando aderiu oficialmente às recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT – para assegurar liberdade, equidade e segurança no ambiente de trabalho.

Questões como remuneração justa, desenvolvimento sustentável, o combate ao trabalho infantil e uma maior inserção da mulher, do negro, dos jovens e de pessoas com deficiência física no mercado de trabalho estão entre as pautas da Agenda curitibana. “Estes são alguns dos aspectos a serem implementados para enfrentar os desafios de fazer com que o crescimento econômico seja promotor de emprego para todos, que os direitos do trabalhador sejam efetivamente aplicados, que a democracia seja fortalecida, que sejam adotados novos mecanismos de proteção adequados à realidade e que a exclusão social seja combatida”, enfatizou Paulo Bracarense, secretário do Trabalho de Curitiba.

Desde que a Agenda foi lançada, a Secretaria Municipal do Trabalho já realizou cursos de capacitação para os servidores

– inclusive, está prestes a publicar um livro sobre o tema -, promoveu um seminário sobre Empregos Verdes, uma feira do emprego e da capacitação profissional, lançou uma cartilha sobre pessoas com deficiência e publica artigos correlatos ao Trabalho Decente a cada 15 dias em jornais de grande circulação. Entre os eventos, ainda constam um seminário sobre erradicação do trabalho infantil, um mutirão do emprego temporário, além da realização da Conferência Municipal do Trabalho. Mas o principal ponto foi a composição do primeiro diagnóstico do déficit do Trabalho Decente, destrinchando a real situação do mercado de trabalho e da mão de obra em Curitiba e nos 20 municípios que compõem a Região Metropolitana - RMC.

“Conhecer esse déficit do Trabalho Decente é como ter acesso a uma base de dados que permite identificar, em cada estado, os principais desafios na elaboração das Agendas locais, corroborando na construção de políticas públicas de emprego e no fortalecimento da Agenda Nacional”, explica o presidente do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – FONSET, Nilton

Vasconcelos, que prestigiou o lançamento da Agenda.

A partir deste levantamento, elaborado em parceria com o Dieese, as questões de gênero e da cor/raça despontaram como os dois eixos transversais essenciais à implantação efetiva da Agenda do Trabalho Decente curitibana, uma vez que as mulheres e os negros representam, respectivamente, 45% e 24% da população economicamente ativa da RMC. E, apesar do relatório apontar um aumento na participação de ambos no mercado de trabalho, as desigualdades de remuneração ainda persistem perante os grupos de homens e brancos. Ainda assim, a região metropolitana de Curitiba possui indicadores relativamente melhores do que os existentes para o restante do território brasileiro, segundo apontou o relatório.

“Constatamos uma realidade de desigualdade social que não privilegia a mulher e o negro. Mas o fato de termos uma Agenda do Trabalho Decente já é um belo começo para pensarmos em uma saída de modificação estrutural em termos socioeconômicos”, ratificou Paulo Bracarense.

O BRASIL DISCUTE O TRABALHO DECENTE EM UMA ESCALA SEM PRECEDENTES

Concebido como talvez o mais amplo processo de diálogo social já ocorrido no país em torno dos temas do mundo do trabalho, a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente já é uma realidade.

Convocada pelo presidente da República em novembro de 2010, a Conferência Nacional será realizada em Brasília, em maio de 2012, com o objetivo de definir diretrizes para uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente e rever e atualizar o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente lançado em maio de 2010.

Seguindo a tradição das outras inúmeras conferências nacionais realizadas no país nos últimos anos, que se afirmaram como importantes mecanismos de consulta e participação cidadã relativa aos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) prevê a realização de etapas preparatórias no âmbito estadual, municipal e intermunicipal ao longo de 2011.

A especificidade da I CNETD em relação às outras conferências é a sua estrutura tripartite, que, segundo a definição de seu Regimento Interno, deve se expressar na composição de suas delegações, da Comissão Organizadora Nacional e das comissões organizadoras estaduais.

Até o dia 16 de julho de 2011, de acordo com as informações do site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br/i-cnetd), 26 das 27 unidades da federação (estados mais o Distrito Federal) já haviam definido as datas de realização de suas conferências e quinze estados já haviam publicado os decretos que as convocam. Em vários deles as comissões organizadoras estaduais já estavam instaladas e trabalhando.

A disposição de ampliar o debate em torno ao tema do emprego e do trabalho decente se evidencia também no grande número de conferências municipais, intermunicipais e regionais convocadas. Ainda de acordo com as informações disponíveis no site do MTE, está prevista a realização de 73 conferências municipais na Bahia, e quatro em Minas Gerais. Outros nove estados já decidiram convocar



Laís Abramo

*Socióloga, Mestre e Doutora em Sociologia,
Diretora do Escritório da Organização
Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil*

conferências intermunicipais ou regionais: três em Alagoas, cinco na Bahia, quatro no Maranhão, nove no Mato Grosso do Sul, cinco em Minas Gerais, seis em Pernambuco, oito no Piauí, cinco no Rio Grande do Sul e oito no Tocantins. A região do ABC paulista também já decidiu realizar a sua II Conferência Regional de Trabalho Decente.

Provavelmente nas próximas semanas será confirmada a realização de várias outras iniciativas desse tipo. Sem dúvida essa será uma oportunidade ímpar de incorporar, no debate sobre o trabalho decente, a diversidade de temas e situações existentes em cada uma das regiões do país. É possível também que esse processo estimule a criação de novas agendas subnacionais de trabalho decente. Para o êxito desse processo, é crucial

o papel de cada uma das secretarias estaduais de Emprego e Trabalho, assim como o do Fonset como instância de articulação e troca de experiências.

Como parte do processo de fortalecimento da capacidade institucional dos Estados para elaborar e monitorar indicadores de trabalho decente, elemento indispensável para a realização dos diagnósticos locais que deverão embasar os debates nas conferências, e no âmbito do convênio de cooperação entre a OIT e o FONSET, serão realizadas seis oficinas regionais sobre o tema, em Curitiba, Campo Grande, Recife, Fortaleza, Belém e Belo Horizonte.

A expectativa é que o debate em torno aos temas que compõem a agenda do trabalho decente mobilize o mundo do trabalho brasileiro em uma escala sem precedentes no país. Além da discussão de cada um dos pontos que compõem o seu temário, organizado em quatro eixos (princípios e direitos, proteção social, trabalho e emprego e diálogo social), espera-se que esse processo contribua de maneira significativa aos grandes objetivos nacionais de erradicação da pobreza, diminuição da desigualdade social, fortalecimento da governabilidade democrática e avanço rumo a um padrão de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

ESTADOS EM RITMO DE PREPARAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS DO TRABALHO DECENTE

De Norte a Sul do país, a expectativa é que as conferências contribuam para a construção e o fortalecimento de uma Política Nacional de Promoção do Emprego e do Trabalho Decente. “O amplo debate, em todo o território nacional, possibilitará a participação da população na elaboração de propostas para avançar no enfrentamento dos problemas estruturais da sociedade brasileira”, destacou o assessor especial do Ministério do Trabalho e Emprego, Mário Barbosa.

Esses problemas, de acordo com o assessor, estão relacionados à pobreza e às desigualdades sociais; ao desemprego e à informalidade; à extensão da cobertura da proteção social; à parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade; aos elevados índices de rotatividade no emprego; às desigualdades de gênero e raça/etnia; e às condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural.

O objetivo, segundo Barbosa, é trazer esse debate à tona, fundamentado nos quatro eixos temáticos do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente: Princípios e Direitos; Proteção Social; Trabalho e Emprego; Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumentos de governabilidade democrática.

A cidade baiana de Barra da Estiva,

distante 550 km de Salvador, foi quem abriu o ciclo das conferências municipais em todo o país, promovendo, dia 14 de junho, uma plenária para mais de 200 participantes. Além de trabalhadores, empregadores e sociedade civil, entre os presentes estavam representantes do escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e do MTE.

Na maior parte do país, é a primeira vez que o evento irá ocorrer. A exceção fica por conta da Bahia e do Mato Grosso, que realizam, respectivamente, a sua III e II Conferências.

Na **Paraíba**, o desafio é a mobilização

dos 223 municípios do estado; 49% deles com população inferior a seis mil habitantes. Para dar conta da tarefa, já foi criada uma comissão organizadora, formada por três representantes dos trabalhadores, três do patronato e três do governo.

A conferência estadual será no dia 29 de setembro e, até lá, além das etapas municipais, estão programados seminários regionais com o objetivo de discutir a temática, aprofundando o debate dos temas propostos e dando densidade à discussão, segundo explicou a secretária estadual do Trabalho, Maria Aparecida Ramos.

No **Amazonas**, os diferentes setores do mundo do trabalho também estão sendo mobilizados para garantir uma conferência participativa. A Prefeitura de Manaus, cidade-sede do evento nos dias 28 e 29 de setembro, e o Dieese estão na linha de

Os meses de setembro, outubro e novembro serão marcados pela realização das etapas estaduais da Conferência do Emprego e Trabalho Decente em todo o país. Momento importante para o avanço da construção de agendas estaduais de trabalho decente, já que as conferências são um espaço de discussão, de participação democrática, envolvendo governo, trabalhadores, empregadores e sociedade.



“ Ao final do processo das conferências estaduais, espera-se ter recolhido propostas e subsídios na forma de emendas ao documento base a ser debatido durante a Conferência Nacional ”

Mário Barbosa
Assessor Especial do Ministério do Trabalho e Emprego



Barra da Estiva, na Bahia, foi o primeiro município a realizar, no país, conferência preparatória para o encontro nacional

“ Contamos, ainda, com o empenho da Comissão do Trabalho do SINE na mobilização dos municípios ”

Maria Aparecida Ramos
Secretária Estadual do Trabalho da Paraíba

frente da organização ao lado da Secretaria do Trabalho. “Há uma boa mobilização em torno da conferência e, à medida que ela se aproxima, outros atores vão se agregando. Esperamos envolver, ao máximo, todos os setores da área do trabalho para termos uma conferência forte e representativa nas terras de Ajuricaba”, destacou a secretária estadual do Trabalho e tesoureira do Fonset, Iranildes Caldas.

Mobilização a todo vapor também no **Mato Grosso do Sul**, onde as conferências serão lançadas em cada uma das nove regiões de planejamento do estado. “O grande desafio é popularizar o tema

e sensibilizar as pessoas acerca da importância de se instituir as práticas do trabalho decente”, destacou o diretor-geral da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul - Funtrab, Cícero Ávila de Lima. À frente da organização da conferência estadual - agendada para os dias 17 e 18 de novembro -, Lima adianta que o objetivo é garantir a participação do maior número possível de sindicatos e de empresas públicas e privadas na discussão do tema, e também o apoio do Poder Legislativo.

A secretária do Trabalho do Mato Grosso do Sul e primeira vice-presidente

do Fonset, Tânia Garib, representou o Fórum na segunda reunião da Comissão Organizadora Nacional da 1ª CNETD, realizada em Brasília, no mês de junho.

Diálogo - Promover as conferências regionais e desenvolver um diálogo tripartite também é a meta do Governo do **Paraná**, segundo o secretário estadual do Trabalho, Luiz Cláudio Romanelli.

A expectativa é que, ao final da conferência - que será realizada na cidade de Foz do Iguaçu, dias 25 e 26 de novembro -, o Programa do Trabalho Decente do Paraná seja implementado, associado à

“ Vamos realizar conferências em cada uma das nove regiões de planejamento do estado, garantindo uma ampla participação de todos os segmentos da sociedade ”

Tânia Garib
Secretária Estadual do Trabalho de Mato Grosso do Sul



definição da Política do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda no Estado.

Na **Bahia**, as etapas municipais serão realizadas em 73 municípios e mais cinco conferências regionais. “Isso mostra o apelo que tem o tema e o quanto é possível avançar nessa discussão sobre o trabalho decente, provocando localmente”, observou o presidente do FONSET e secretário de Trabalho da Bahia, Nilton Vasconcelos.

A Bahia espera consolidar ainda mais os avanços da política de trabalho decente no estado com a realização da sua 3ª conferência. “Toda essa discussão travada em vários municípios ajudará a consolidar a Agenda Bahia do Trabalho Decente, implantada em 2007, com o fortalecimento da proposta de que o trabalho decente seja o eixo central da estratégia de desenvolvimento do estado, com promoção



“É preciso respeitar os direitos do trabalhador e zelar pela sua qualidade de vida”

Davi Zaia
Secretário Estadual do Trabalho de São Paulo

de igualdade e justiça social”, defendeu a coordenadora da Agenda, Patrícia Lima.

A conferência estadual será dias 22 e 23 de setembro. “A idéia é que cada região possa pautar as suas peculiaridades do mundo do trabalho para que a política a ser construída, por meio desse processo de diálogo social, incorpore as demandas regionais”, explica Patrícia Lima.

Qualificação – Em **São Paulo**, uma das pautas prioritárias é o debate sobre qualificação profissional. A Secretaria do Trabalho qualificou cerca de 15 mil trabalhadores, em diversos cursos, no primeiro semestre. “Atualmente, temos uma grande quantidade de Comissões Municipais do Trabalho que filtram as demandas por qualificação em diversos municípios e nos trazem para análise. Com isso, conseguimos ter uma estratificação mais profunda da real demanda do local, ou seja, conseguimos melhorar nossos investimentos, aumentando, assim, o índice de inserção no mercado

de trabalho após os cursos”, afirmou o titular da pasta, Davi Zaia.

Portanto, com a realização da conferência, em 24 e 25 de novembro, a expectativa é de ampliar ainda mais essa troca de experiência; tanto com o setor dos trabalhadores, quanto dos empregadores, segundo pontuou Zaia.

Em **Minas Gerais**, o processo de organização da Conferência Estadual do Trabalho Decente foi oficialmente iniciado no dia 14 de julho, com a realização da 1ª Conferência Municipal de Emprego e Trabalho Decente de Prados. Durante os meses de agosto e setembro, acontecem as etapas regionais, recortando todo o mapa mineiro; do Sul à região

Central e Centro Oeste, passando pelo Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste, incluindo ainda a Zona da Mata e Rio Doce, até o Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri. O objetivo é promover um amplo debate, abordando as políticas públicas de trabalho, emprego

e proteção social em todo o estado. Cada região deverá eleger 60 representantes para participar da etapa estadual, 6 e 7 de outubro, em Belo Horizonte.

No **Maranhão**, também estão previstas cinco etapas regionais e uma metropolitana. A conferência estadual acontece nos dias 27 e 28 de outubro, em São Luís. Geração de mais e melhores empregos, erradicação do trabalho escravo e infantil e o fortalecimento do diálogo social entre as bancadas trabalhista, patronal e o poder público despontam como as pautas principais do encontro.

Referência – O combate ao trabalho escravo e infantil também é objetivo central da Secretaria do Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do **Mato Grosso**,

“A conferência estadual será mais um passo importante na consolidação do trabalho decente no Mato Grosso”

Roseli Barbosa
Secretária Estadual do Trabalho de Mato Grosso



onde a conferência será realizada nos dias 25, 26 e 27 de outubro. “Saímos da condição de líder no número de casos de trabalho escravo para virarmos referência nas ações de combate à prática. Além disso, estabelecemos o enfrentamento ao trabalho infantil como prioridade do governo”, afirmou a secretária estadual do Trabalho, Roseli Barbosa.

No **Rio Grande do Sul**, os jovens, as mulheres e os negros serão prioridade nos debates da conferência estadual, dia 28 de outubro. Ao longo do mês de setembro, o estado realiza cinco conferências regionais. No cerne das discussões, investimentos em proteção social e na qualificação profissional. Em reunião com representantes de centrais sindicais e o secretário do Trabalho, Luís Augusto Lara, foi sugerido, inclusive, que as ações pelo trabalho decente sejam consolidadas como políticas de Estado, com atuação transversal das secretarias e do núcleo de governo, de forma a garantir a promoção da inclusão social pelo trabalho.

Já no **Piauí**, o marco fundamental é a melhoria para contratação da mão de obra rural. A Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo conta até com um banco de dados profissionais, segmentando os trabalhadores em perfis específicos, para facilitar o direcionamento previamente selecionado desta mão de obra e, com

“Segmentação de trabalhadores em perfis específicos facilita direcionamento às vagas”

Larissa Maia
Secretária Estadual do Trabalho do Piauí



isso, eliminar a figura do contratador ilegal, segundo informou a secretária do Trabalho, Larissa Maia. O tema deverá pautar as discussões durante as conferências municipais, realizadas nos meses de julho e agosto, em sete cidades. A etapa estadual será nos dias 21 e 22 de outubro, sustentada em três pilares fundamentais: a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a concretização do desenvolvimento sustentável.

No **Pará**, um dos pontos da pauta de discussão da conferência estadual está centrado na zona rural e diz respeito ao combate à violência no campo. Segundo a Secretaria do Trabalho, estão planejadas 12 conferências regionais até culminar com a estadual, dias 17 e 18 de novembro.

No **Ceará**, a perspectiva é realizar cinco conferências regionais no início de outubro, culminando com a etapa estadual no fim do mês - dias 27, 28 e 29. A expectativa da Secretaria do Trabalho é reunir cerca de 400 participantes, de onde serão extraídos 58 delegados para participar da conferência nacional.

No **Tocantins**, serão oito as conferências regionais preparatórias para a estadual, com a missão de promover a oportunidade do debate para que homens e mulheres possam conseguir um trabalho produtivo e de qualidade. Os encontros acontecem nos locais onde há núcleos do SINE, abrangendo os municípios circunvizinhos, até o dia 30 de agosto. A conferência estadual será nos dias 20 e 21 de outubro, em Palmas.

Em **Pernambuco**, além da conferência estadual, dias 10 e 11 de novembro, serão realizadas seis etapas regionais nos meses de agosto e setembro. Entre os temas propostos, a geração de empregos com igualdade de oportunidades e tratamento.

O tema também figura entre as pautas da conferência no **Espírito Santo**, dias 24 e 25 de novembro. Ainda estão sendo articuladas e mobilizadas 10 conferências regionais no estado, abrangendo municípios do Norte, Sul, regiões Central e Metropolitana, durante agosto e setembro.

Em **Alagoas**, serão quatro encontros regionais, mas abrangendo todo o estado, de 20 a 23 de setembro. A etapa estadual será em Maceió, dia 20 de outubro. "Alagoas terá a oportunidade de aprofundar o conhecimento de sua realidade, inserida

em um amplo debate, que envolve a temática de políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social", afirmou o secretário do Trabalho, Emprego e Renda, Herbert Motta.

Os demais estados têm seguido no mesmo caminho, de forma a garantir a participação de delegados de todas as unidades federativas na 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, convocada para os dias 2, 3 e 4 de maio de 2012, em Brasília.

“ Com os encontros regionais, Alagoas terá oportunidade de aprofundar conhecimento de sua realidade ”

Herbert Motta
Secretário Estadual do Trabalho de Alagoas



O Fonset tem se empenhado em mobilizar o conjunto das secretarias estaduais do Trabalho, estimulando a todos a realizarem suas conferências.

CALENDÁRIO DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE / 2011

ESTADOS	DATA
ACRE	18 E 19 DE NOVEMBRO*
ALAGOAS	20 DE OUTUBRO
AMAPÁ	28 DE OUTUBRO
AMAZONAS	28 E 29 DE SETEMBRO
BAHIA	22 E 23 DE SETEMBRO
CEARÁ	27, 28 E 29 DE OUTUBRO
DISTRITO FEDERAL	28 E 29 DE SETEMBRO
ESPIRITO SANTO	24 E 25 DE NOVEMBRO
GOIÁS	08 DE OUTUBRO
MARANHÃO	27 E 28 DE OUTUBRO
MATO GROSSO	25, 26 E 27 DE OUTUBRO
MATO GROSSO DO SUL	17 E 18 DE NOVEMBRO
MINAS GERAIS	06 E 07 DE OUTUBRO
PARÁ	17 E 18 DE NOVEMBRO
PARAIBA	29 DE SETEMBRO
PARANÁ	25 E 26 DE NOVEMBRO
PERNAMBUCO	10 E 11 DE NOVEMBRO
PIAUI	21 E 22 DE OUTUBRO
RIO DE JANEIRO	11 DE NOVEMBRO
RIO GRANDE DO NORTE	13 E 14 DE SETEMBRO
RIO GRANDE DO SUL	28 DE OUTUBRO
RONDÔNIA	30 DE SETEMBRO
RORAIMA	26 DE SETEMBRO
SANTA CATARINA	19, 20 E 21 DE OUTUBRO
SÃO PAULO	24 E 25 DE NOVEMBRO
SERGIPE	25 DE NOVEMBRO
TOCANTINS	20 DE 21 DE OUTUBRO

Fonte: Site do MTE

* Informação da Secretaria do Trabalho do Acre

OIT E FONSET FIRMAM PARCERIA PARA DIAGNÓSTICO DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL

Capacitar técnicos das 27 unidades federativas do Brasil para a construção e análise de indicadores de trabalho decente é a meta principal das oficinas regionais propostas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em parceria com o Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – Fonset. A realização dessas oficinas é fruto do Termo de Protocolo de Cooperação Técnica firmado pelas duas instituições, no ano passado.

Os seminários regionais são etapa preparatória para a realização das Conferências Estaduais do Trabalho Decente, que também acontecerão em todos os estados brasileiros. O propósito da OIT e do Fonset é definir diagnósticos, em termos de trabalho decente, nas esferas estaduais, territoriais, sub-regionais e municipais. “Em decorrência das desigualdades regionais e socioeconômicas ainda existentes no Brasil, em muitos casos as prioridades e os caminhos para a promoção do trabalho decente podem ser diferentes nas distintas unidades da federação. Conhecer tais especificidades, portanto, é de suma importância para delinear e implementar ações regionalizadas”, explica a diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo.

Por isso mesmo, serão realizadas seis oficinas – duas no Nordeste e as demais nas outras regiões do país - envolvendo,



majoritariamente, técnicos das secretarias do Trabalho, Superintendências Regionais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - SRTE/MTE, unidades estaduais do IBGE e Institutos estaduais e municipais de estatística, planejamento e pesquisa. “O objetivo não é apenas realizar oficinas para discussões de caráter conceitual sobre o que é trabalho decente e, sim, saber identificar, em cada estado, quais os principais desafios que podem ser alcançados com vistas à elaboração

de agendas locais”, ressaltou o presidente do Fonset, Nilton Vasconcelos.

É a partir desses diagnósticos que os planos, programas, prioridades e metas de promoção do trabalho decente serão constituídos. E é este mesmo recorte, de cada localidade e o contexto em que está inserida, que funcionará como ferramenta de monitoramento e avaliação dos avanços em termos de políticas e ações do trabalho decente.



“As ferramentas de monitoramento e avaliação permitirão o acompanhamento sistemático da evolução das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras no país, o que, por sua vez, irá subsidiar a definição de prioridades e elaboração de políticas específicas direcionadas para a melhoria das suas condições de vida”

Laís Abramo
Diretora da OIT - Brasil

CALENÁRIO OFICINAS OIT/FONSET

Região Sul
26 de julho –Paraná

Região Centro-Oeste
02 de agosto – Mato Grosso do Sul

Região Nordeste
09 de agosto – Pernambuco (BA, SE, AL; PB)
11 de agosto – Ceará (MA, PI, RN)

Região Norte
23 de agosto – Pará

Região Sudeste
30 de agosto – Minas Gerais

caixa.gov.br

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Informações, reclamações, sugestões e elogios

0800 726 2492 - Atendimento a pessoas com

deficiência auditiva ou de fala

0800 725 7474 - Ouvidoria



CAIXA e prefeituras. Para onde você olha, vê os resultados dessa parceria.

A CAIXA tem uma linha completa de produtos, serviços, programas e ações desenvolvidos especialmente para os municípios brasileiros. Apoio à gestão, reestruturação administrativa, habitação, saneamento, desenvolvimento, turismo, meio ambiente. Não importa o tamanho, não importa a região. A CAIXA é o banco do seu município.

CAIXA. O banco que acredita nas pessoas.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

CAIXA

CONSELHOS E FORUNS DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS

Conselho Nacional de Política Fazendária

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)

Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti)

Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad)

Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan)

Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública (Conseps)

Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração Penitenciária

Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento Ambiental

Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes

Conselho Nacional de Política Fazendária

Forum Nacional de Secretarias de Trabalho (Fonset)

Forum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura

O Forum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset) é uma das 18 entidades nacionais de secretarias estaduais de diferentes áreas em funcionamento no país. Promover a articulação dos estados e do Distrito Federal para debater questões de interesse comum, elaborar estratégias de ação coordenada e influir nas políticas públicas federais é a principal tarefa desses conselhos e foruns.

Essa forma de organização, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresentado no texto *Coordenação e Cooperação no Federalismo Brasileiro: avanços e desafios*, publicado no livro *Estado, Instituições e Democracia: República*, de 2010, “é uma das mais importantes inovações do sistema federativo brasileiro, que equacionou a questão da representação dos interesses dos governos subnacionais nos processos decisórios”.

Ainda de acordo com o texto do IPEA, “a articulação horizontal feita pelo associativismo dos estados tem sido importante para equilibrar as barganhas federativas e produzir um jogo de coordenação intergovernamental mais negociado, transparente e efetivo”.

“Não se pode falar em fortalecimento do pacto federativo, sem que haja a participação desses conselhos e fóruns. São eles que trazem, ao governo central, em Brasília, as questões regionais mais relevantes, contribuindo para a construção de políticas públicas mais específicas para enfrentamento e superação dos problemas”, ressalta o presidente do Forum Nacional de Secretarias do Trabalho, Nilton Vasconcelos.

Nesse sentido, o Fonset tem sido voz ativa dos estados na luta por mais recursos para qualificação, por exemplo. Mesmo não tendo direito a voto no Codefat, é reconhecido o compromisso e a respeitabilidade do Forum na discussão de temas relacionados ao mundo do trabalho.

Na área de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários (Conass), criado em 1975, tem nas últimas duas décadas desempenhado importante papel na definição de políticas públicas para o setor, em especial para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). “A Norma Operacional Básica 1/1993, ao reconhecer o Conass e o Conselho Nacional

FORUNS E CONSELHOS DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS FORTALECEM POLÍTICAS REGIONAIS

de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) como instâncias legítimas de representação dos governos subnacionais nas questões relativas à saúde, reforçou sua atuação na articulação horizontal, já que essas entidades devem produzir uma posição comum entre seus membros antes de defendê-las na Comissão Intergestores Tripartite (CIT)", afirma o texto do IPEA.

Essas instâncias não têm um padrão organizativo. Muitas são constituídas como associação civil, outras não estão juridicamente constituídas e, em pelo menos um caso, integra a estrutura formal de deliberação, com decisões que afetam diretamente a administração pública – é o caso do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Em geral, Foruns e Conselhos são constituídos por uma diretoria, eleita por cada colegiado, e por um conselho fiscal. No entanto, para tornar essas entidades cada vez mais representativas dos estados brasileiros e com mais poder na definição de políticas públicas nacionais, o Fonset defende a necessidade a institucionalização e o bom funcionamento dessas entidades.

FONSET MARCA PRESENÇA EM CONSELHOS E COMISSÕES NACIONAIS

Codefat – O Fonset tem representação no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Nessa instância, o Forum tem direito a voz, mas não a voto. Poder votar nas deliberações desse Conselho, tão importante para a definição de políticas públicas para o mundo do trabalho, tem sido uma bandeira de luta do Fonset.

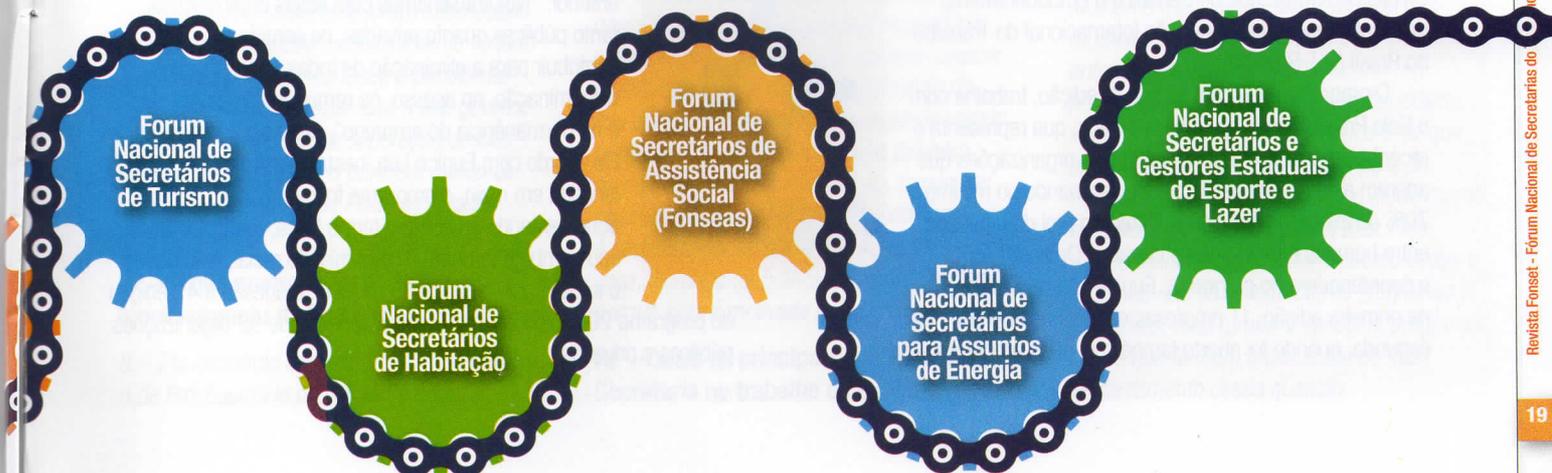
Trabalho Decente – Em entendimento mantido com o Ministério do Trabalho e Emprego, o Fonset garantiu sua presença, como convidado, na Comissão Nacional Organizadora da 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, a realizar-se dias 4 e 5 de maio de 2012. A comissão é composta por 21 membros, com representação do

governo federal, entidades de trabalhadores e de empregadores. O presidente Nilton Vasconcelos é o titular da representação do Forum.

Economia Solidária – O Fonset tem assento no Conselho Nacional de Economia Solidária (Conaes), importante espaço para definição da política para o segmento. O secretário de

Trabalho de Minas Gerais, Carlos Pimenta, é o titular da representação do Forum.

Conselho Nacional do Trabalho – Hoje desativado, o CNT é a instância de discussão de políticas públicas do trabalho. Há alguns anos, o Fonset pleiteia participação com plenos direitos neste conselho.





Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi criado pelo Governo Federal em 2005, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Ele reforça a promoção da igualdade entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas por meio de um novo modelo de gestão de pessoas e na cultura organizacional. Para a sua execução, conta com o apoio da Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT-Brasil).

O programa, que está na sua 4ª edição, trabalha com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, que representa o reconhecimento do trabalho feito pelas organizações que aderem à causa voluntariamente, destinando no mínimo 70% de execução das ações feitas em prol da equidade entre homens e mulheres no trabalho. De acordo com a coordenadora do programa, Eunice Léa de Moraes, na primeira edição, 11 empresas estatais receberam o selo, já na segunda, quando foi aberto também para as empresas privadas, o

programa contabilizou 23 organizações premiadas.

Em 2009/2010, o Programa Pró-Equidade cumpriu a terceira edição com resultados ainda mais positivos, com a participação de 71 instituições. Dentre essas, 58 receberam o selo, a exemplo da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, que já tinha recebido a mesma certificação na edição anterior. "Nós trabalhamos com essas organizações, tanto públicas quanto privadas, no sentido de o programa contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação, no acesso, na remuneração, na ascensão e na permanência do emprego", explica a coordenadora. De acordo com Eunice Léa, nesta 4ª edição (2011/2012), lançada em maio, o programa foi modificado, acrescentando ao nome o termo Raça, reafirmando o seu combate também à discriminação racial, feito desde o início. Encerrada em 15 de julho, a adesão à 4ª edição do programa 2011/2012 contou com a inscrição de 92 organizações públicas e privadas.



SECRETARIA DA MULHER REPRESENTA AVANÇO NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Criada em 2003, através da Medida Provisória 103, de 1º de janeiro, e convertida na Lei nº 10.683/2003, no início do Governo Lula, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tem como princípio fundamental enfrentar as desigualdades e diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas que atingem historicamente as mulheres. Através de ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, a SPM incorpora as especificidades da mulher nas políticas públicas e estabelece as condições necessárias para a sua plena cidadania. Em entrevista concedida à *Revista Fonset*, a ministra-chefe da SPM, Iriny Lopes, fala sobre a importância da criação desta Secretaria para a garantia de políticas públicas voltadas para as mulheres brasileiras, os avanços e desafios encontrados desde o início dos trabalhos e afirma: “O principal mérito da criação da Secretaria é o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres”.

Revista Fonset – Qual o significado da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres para a construção e o fortalecimento da equidade de gênero e garantia dos direitos humanos para as mulheres?

Iriny Lopes – É o governo brasileiro dando sinais de que reconhece as diferenças entre homens e mulheres e as desigualdades pelas quais as mulheres sempre foram submetidas. Ao criar um Ministério exclusivamente voltado às políticas para as mulheres, o presidente Lula assinalou claramente que o seu governo iniciaria um processo de superação dessas desigualdades. Esse é o principal mérito da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

RF – O que mudou a partir do funcionamento da Secretaria?

IL - Ela constituiu diversos programas como o de Pró-Equidade de Gênero e Raça,

Mulher Empreendedora, o de Gênero e Diversidade. A partir daí, nós tivemos diversos programas que só puderam ser construídos e constituídos porque se teve essa visão de que havia desigualdade entre homens e mulheres e que era preciso superá-la.

RF – Quais os principais desafios da SPM desde a sua criação?

IL - Os desafios da Secretaria são superar as desigualdades com programas específicos, e dessa forma as mulheres poderem crescer profissionalmente, ter reconhecimento da sua competência para a ocupação de cargos públicos e de espaços de poder também na iniciativa privada. Além disso, tomarmos possível que a mulher supere a violência que é praticada contra ela, violência esta que tem uma diferença da prática normal da violência, porque esta é motivada pelo sexo.

RF – Quais as principais conquistas da Secretaria no trabalho de superação das

desigualdades e diferenças vividas pelas mulheres?

IL - Nós, hoje, já temos um pacto nacional de enfrentamento à violência que é assinado por todos os estados brasileiros. Estamos trabalhando, agora, com algumas especificidades das questões geracionais relativas à saúde e à educação, e já temos uma constatação de que as mulheres mais idosas são a maioria das mulheres analfabetas. Então, a partir desse entendimento, vamos trabalhar em um programa para superar esse analfabetismo. Outra constatação que obtivemos é de que as mulheres do interior, do campo e da floresta têm mais dificuldade no atendimento a práticas de violência contra elas. Nós vamos identificando essas especificidades e tentando não só aprofundar os programas já existentes, mas também constituir programas novos que tenham capacidade de fazer enfrentamento dessa questão.

A REDE SINE

Criado há 35 anos, o Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já conseguiu emprego para cerca de 14 milhões de trabalhadores desde o início do seu funcionamento, sendo 9 milhões deles desde 2000. O recorde anual foi registrado em 2008, quando 1,06 milhão de trabalhadores foram colocados no mercado por meio do sistema, que conta com 1.400 unidades de atendimento instaladas em 1.135 municípios.

As ações do Sine são executadas em parceria com os governos de todos os estados e do Distrito Federal, por meio das Secretarias de Trabalho e Emprego, e ainda com prefeituras de 54 municípios com mais de 200 mil habitantes. Dentre as ocupações profissionais conquistadas por meio do Serviço Nacional de Intermediação, cinco são as que mais empregam os trabalhadores: auxiliar de linha de produção, operador de telemarketing ativo e receptivo, trabalho rural, servente de obras e oficial de serviços gerais. As informações são da Assessoria de Comunicação do Ministério do Trabalho e Emprego.

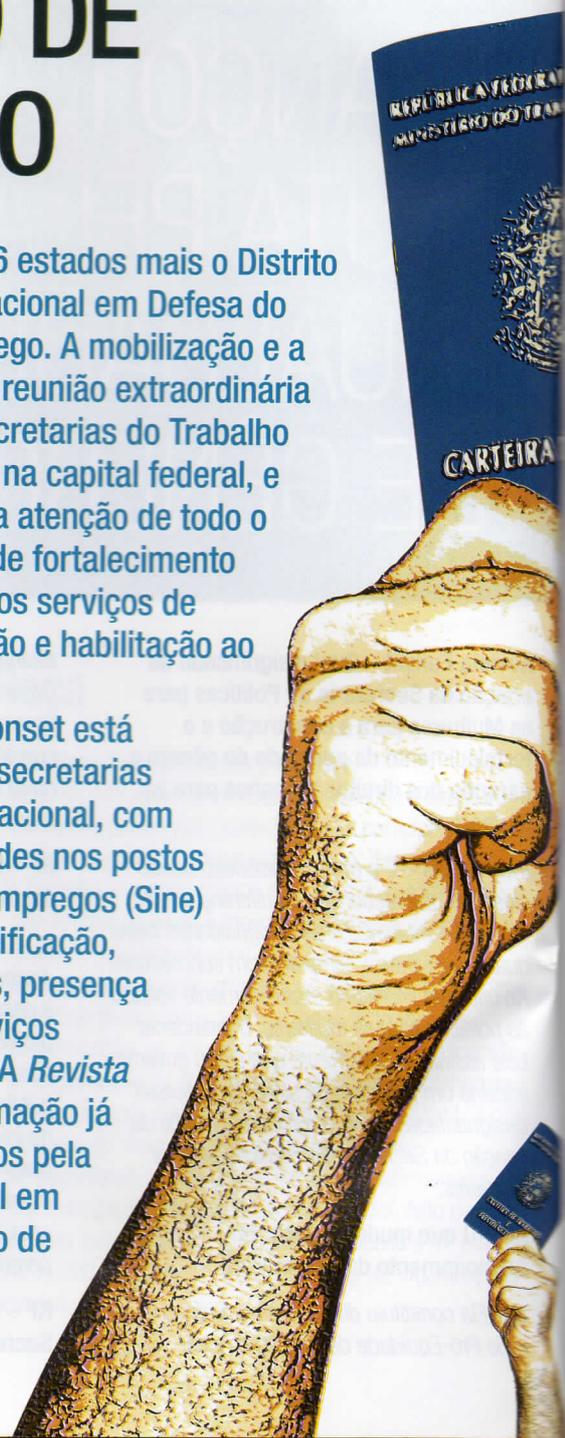
Como funciona - Ao buscar uma unidade de atendimento do Sine, o trabalhador é atendido por um profissional responsável por fazer o seu cadastramento no sistema, com dados profissionais, pessoais e escolares do trabalhador, inclusive aqueles que se referem à sua documentação. Em outra frente, o Sine tem profissionais responsáveis por captar vagas de emprego junto a empregadores locais.

O cruzamento do perfil da vaga solicitada com o perfil do cidadão inscrito identifica compatibilidade do trabalhador cadastrado com a vaga ofertada. Em média, três trabalhadores são encaminhados à vaga ofertada, cabendo ao empregador a seleção final e contratação do trabalhador.

ESTADOS PROMOVEM DIA NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

Em 17 de agosto, os 26 estados mais o Distrito Federal realizam o Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego. A mobilização e a data foram aprovadas na reunião extraordinária do Forum Nacional de Secretarias do Trabalho realizada em 25 de maio, na capital federal, e tem por objetivo chamar a atenção de todo o país para a necessidade de fortalecimento do sistema, integrado pelos serviços de qualificação, intermediação e habilitação ao seguro-desemprego.

Para marcar o dia, o Fonset está propondo ao conjunto de secretarias uma ampla mobilização nacional, com intensificação das atividades nos postos do Sistema Nacional de Empregos (Sine) locais, com ações de qualificação, oferta de vagas, palestras, presença na imprensa e outros serviços relacionados ao trabalho. A *Revista Fonset* antecipa a programação já definida por alguns estados pela passagem do Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego.



Tocantins

Está programado, entre os dias 8 e 16 de agosto, um mutirão de visitas às empresas com o objetivo de mobilizar os empresários sobre a importância da parceria com as ações do Sistema Nacional de Emprego no Estado. No dia 17, acontecerá a entrega de certificados aos concluintes dos cursos de qualificação e capacitação profissional.

A Secretaria do Trabalho e da Assistência Social do Tocantins também pretende divulgar, nas escolas, por meio da unidade móvel, as ações realizadas pelo Sine, para mostrar aos jovens a importância do serviço para a inserção no mercado de trabalho.

A imprensa do estado será também um meio de ampliar a divulgação das ações. Também para esse dia está prevista a premiação do funcionário do Sine de Tocantins que, durante o mês de agosto, mais contribuiu para inserir trabalhadores no mercado

de trabalho. Uma outra ação que marca o dia no estado é a mudança do Sine-Centro para outra estrutura, visando propiciar melhor atendimento ao público, com as novas instalações.

Acre

Para marcar o apoio do Acre em defesa ao Sistema Público de Emprego, a Secretaria Estadual do Trabalho, em parceria com outras instituições, irá intensificar, no dia 17 de agosto, ações da política de qualificação profissional de trabalhadores. Também está programada a realização de processo seletivo dos trabalhadores e trabalhadoras, com recrutamento, identificação, seleção e encaminhamento às empresas do estado.

Bahia

Para marcar a data de mobilização nacional, a Secretaria Estadual do Trabalho programou a realização de oficinas de qualificação e palestras em suas unidades do SineBahia. Também para esse dia está sendo reservada a oferta de uma quantidade expressiva de vagas de emprego, com encaminhamento de grande número de trabalhadores ao mercado de trabalho.

Para dar visibilidade à ação em defesa do sistema público de empresa, a Setre irá buscar o apoio da imprensa, pautando os meios de comunicação com entrevistas, artigos e releases.

Paraíba

O estado realizará um grande evento no dia 17, das 8h às 17h, no Ponto dos Cem Reis, coordenado pelo Sine local. A ação vai envolver o Ministério do Trabalho, as secretarias estaduais de Saúde, Cultura, Segurança, Cidadania e Justiça e Administração do estado, o Sine municipal, órgãos municipais, o Detran, o Procon estadual e representantes do Programa de Microcrédito Empreender. Na programação, estão previstas atividades de atendimento ao trabalhador, apresentações culturais e distribuição de panfletos educativos.

Piauí

A mobilização, que no estado ganhou o nome de Dia da Cidadania, irá acontecer na capital do estado, Teresina, e nas cidades de Picos, Floriano e Parnaíba. Segundo a secretária do Trabalho, Larissa Maia, a ação vai contar com a parceria de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Serviço Social da Indústria (Sesi), dentre outras, para emissão de documentos, com ênfase nos documentos trabalhistas.

Está prevista também a realização de workshops e palestras com diferentes temáticas relacionadas ao trabalho. A Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro) também estará presente para a elaboração de um perfil sobre o trabalho no estado, além da participação da Agência do Empreendedor e do Ministério Público do Trabalho.

Pernambuco

Entre os dias 15 e 19 de agosto, a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (STQE) vai promover visitas às empresas para divulgação do novo Sistema MTE-Mais Emprego, com o objetivo de sensibilização do empresariado e ampliação da captação de vagas.

De 1º a 31 de agosto, serão realizadas palestras de orientação profissional e divulgação do Sistema Mais Emprego nas escolas técnicas e de ensino médio. Na programação em comemoração ao Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego consta a emissão de Carteiras de Trabalho no sistema prisional, mais especificamente na FUNASE – Jovens e Adultos da Ressocialização, além de ações conjuntas com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectec), nos telecentros, visando o estímulo ao cadastramento de trabalhadores.

No dia 17 de agosto, será realizado um debate na Imprensa (rádio/TV) entre representantes da STQE, do empresariado e sindicatos, sobre a importância do Sine, do Sistema Público de Emprego, Empregabilidade e Perspectivas do Mercado de Trabalho.



PRONATEC: É PRECISO INTEGRAR COM O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

O ferecer 8 milhões de atendimentos até 2014 na educação profissional para estudantes do ensino médio e trabalhadores que necessitam de qualificação. Esta é a meta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), lançado em abril pela presidenta Dilma Rousseff, com foco, inicialmente, nos alunos do ensino médio, reincidentes do seguro-desemprego e beneficiários do Bolsa Família.

O conjunto de ações programadas para a execução do programa inclui vagas em escolas técnicas profissionais estaduais e federais, cursos no Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac), a ampliação do Fies, que agora, além de oferecer linha de crédito para formação de ensino superior, também contemplará o profissional, e vagas no ensino à distância.

Entre os presentes na solenidade de lançamento, realizada em Brasília,

estava o presidente do Forum Nacional de Secretarias de Trabalho (Fonset) e secretário do Trabalho da Bahia, Nilton Vasconcelos. Na sua opinião, o Pronatec é bem-vindo, pois satisfaz uma necessidade antiga de se ter um programa federal que valorize a qualificação profissional, mas ainda é preciso observar alguns pontos. "De uma forma geral, o Pronatec é avaliado positivamente. Porém, nós do Fonset temos a expectativa de poder interagir com o programa, já que o mesmo visa também à inserção no emprego", ressalta.

Além da interação entre o Fonset e o Pronatec, Vasconcelos ainda levanta a necessidade de o fórum acompanhar de perto o financiamento do sistema, observar de que forma ele será feito e quais as fontes. "Há uma indicação de que parte dos recursos seja do FAT, quando na verdade os recursos desse Fundo atendem muito mal as demandas de qualificação profissional,

“ O programa trabalhará com diversos subprogramas e ações, e serão expandidas outras já existentes. Este será o caso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação de 201 novas escolas, sendo que 81 serão entregues ao longo do segundo semestre deste ano ”

Eliezer Moreira Pacheco
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - MEC



“ Defendemos que sejam ouvidas as secretarias estaduais e municipais que implementam o Sistema Público de Emprego ”

Nilton Vasconcelos
Presidente do Forum Nacional de Secretarias de Trabalho (Fonset) e secretário do Trabalho da Bahia

hoje”, observa. De acordo com o secretário, à medida que o montante destinado para qualificação for crescendo, será preciso reorganizar a estrutura do Sistema Público de Emprego e, dessa forma, o Fonset precisa acompanhar este processo.

Com o intuito de contribuir com o Pronatec, o Fonset participou de audiência pública na Câmara Federal, promovida pelo relator da matéria, deputado federal Alex Canziani (ver matéria na página 26). O Fonset tem debatido o assunto e defende

PROGRAMA SURGE COMO ALTERNATIVA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, MAS AINDA PRECISA DE AJUSTES



“ Nós precisamos de fato incluir a qualificação profissional no âmbito das relações de trabalho e quem cuida dessa pauta não é o Ministério da Educação e sim o Ministério do Trabalho ”

Remi Castioni
Professor e pesquisador da
Universidade de Brasília (UnB)

uma articulação com o Programa de Seguro-Desemprego.

O professor e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Remi Castioni faz sérias críticas ao Pronatec. Para ele, o programa não resolve o problema da falta de qualificação profissional no país e não atinge verdadeiramente o trabalhador: “Está se perdendo uma grande oportunidade de apresentar um modelo de educação profissional simples e acessível ao trabalhador brasileiro”, afirma. Segundo

Castioni, o programa proposto pelo Ministério da Educação centra seu foco no percurso escolar e exclui o Sistema Nacional de Emprego (Sine) como uma porta de entrada para os candidatos ao mercado de trabalho. “Apagou-se uma experiência consolidada de consertação social dos últimos 17 anos”, complementa o professor.

Já para o secretário de Educação Profissional e Tecnológica - MEC, Eliezer Moreira Pacheco, o Pronatec atende as expectativas e intensifica as ações do

governo federal em termos de formação e qualificação da mão de obra.

A concessão de bolsas-formação a estudantes e trabalhadores em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, respectivamente; o acesso a sistemas de financiamento para as empresas que desejarem qualificar seus trabalhadores; e a concessão de recursos do BNDES para a construção de escolas do Sistema S em todo o país serão também frutos da implementação do Pronatec.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA FEDERAL DISCUTE PRONATEC

No dia 14 de junho, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara Federal promoveu, em Brasília, uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1209/11 que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado em abril pelo Governo Federal. O secretário do Trabalho do Paraná, Luiz Cláudio Romanelli, representou

o Fonset no debate, que contou ainda com a participação de representantes dos ministérios do Trabalho e da Educação, da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O Fonset apresentou ao relator da matéria, o deputado federal Alex Canziani, uma análise minuciosa do projeto, com propostas de emendas que destacam, por exemplo, a necessidade de estabelecer o Sistema Nacional de Emprego como uma das portas de acesso do trabalhador ao programa.

Emendas - Durante a audiência, o secretário Romanelli expôs as 19 emendas que buscam, sobretudo, explicitar a sinergia necessária entre as políticas públicas de educação e de trabalho, emprego e renda; a inserção da política de qualificação profissional inicial e continuada; prever recursos do Pronatec como fomento à ampliação e manutenção do Sine, inclusive ampliando a oferta de vagas de qualificação profissional disponibilizadas nas unidades operacionais do Sine, com prioridade de acesso ao trabalhador beneficiário do seguro-desemprego.

Outro tema colocado em destaque por meio da participação do Fonset na audiência foi a criação do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, já previsto no Projeto de Lei mas sem definição



Romanelli (primeiro à esquerda), secretário do Fonset, representou a entidade no encontro

quanto a sua organização, sua vinculação, nem quais os atores que participarão do Conselho.

Romanelli enfatizou que, para que haja esta definição, será preciso verificar a fonte de financiamento do programa: “Se for por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, não há necessidade de se criar um novo Conselho, já que existe o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Neste caso, bastaria criar uma comissão para tratar do tema”, observa.

No entanto, caso o financiamento do programa não seja por meio do FAT, o secretário defendeu a criação de lei específica para definir a quem estará vinculado o conselho, bem como a sua forma de organização e composição. Para isso, é importante adotar o modelo tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, sem prescindir da participação do Fonset. “Importante destacar que, mesmo contando com a participação de

representantes do Ministério da Educação e do Trabalho, não ficou claro, na audiência, a fonte do financiamento do Pronatec”, ressalta Romanelli.

Apesar das observações apontadas, o secretário do Paraná considera que o Pronatec é uma resposta aos novos desafios originados da atual fase da

economia do país, dentre eles, o de evitar o “temido apagão da mão de obra” e garantir ao trabalhador a sua permanência no trabalho.

Outras mudanças no projeto também estão sendo sugeridas pelo deputado Canziani, como a possibilidade de todo trabalhador que passar por um curso de qualificação ser contratado como estagiário. “Particularmente para o jovem, essa é uma chance muito importante, já que ele não tem experiência profissional. É uma boa oportunidade de inserção no

mercado de trabalho”, afirma o deputado.

A expectativa é de que o projeto do Pronatec seja votado ainda em agosto pela Câmara dos Deputados para, em seguida, ser encaminhado ao Senado.

“Exclusivamente para o jovem, essa é uma chance muito importante, já que ele não tem experiência profissional. É uma boa oportunidade de inserção no mercado de trabalho”

Alex Canziani
Deputado Federal,
relator do Projeto de Lei

Só o Banco do Nordeste
para ajudar a sua empresa
a preparar o estoque
do jeito que você precisa.



Gerente do
Banco do Nordeste

Cliente do
Banco do Nordeste

Renove o seu estoque com o
Giro Estoque do Banco do Nordeste.

É crédito para investir na compra de mercadorias e insumos de todos os setores, com taxas e prazos imbatíveis, e atendimento especial para a sua empresa. Vá até a agência mais próxima e confira.

SAC Banco do Nordeste • Ouvidoria: 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br/mpe



**Banco do
Nordeste**

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS APONTA AQUECIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

O ano de 2010 foi positivo para a economia brasileira. Pelo menos é o que atesta a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em maio. O Produto Interno Bruto – PIB registrou o maior crescimento desde 1986 – 7,5%. A boa fase, sustentada ainda pelo aumento de investimentos internos, elevação da massa salarial e expansão do crédito, refletiu na geração de emprego celetista e estatutário: foram 2,861 milhões de novos postos formais, a maior da série histórica da RAIS, representando um crescimento da ordem de 6,94% em relação a 2009.

“Um fator relevante apontado pela RAIS 2010 foi a geração de 2,590 milhões de empregos com carteira assinada (celetistas), correspondendo a uma taxa de crescimento de 7,87% em relação ao estoque de empregos de 31 de dezembro de 2009”, destacou a coordenadora-geral de Estatísticas do Trabalho do MTE, Emília Veras. Os outros 270,4 mil correspondem a vínculos estatutários, próprios da Administração Pública direta e adequados às relações de trabalho com servidores públicos.

E, para além do consequente aumento no montante de vínculos empregatícios ativos do país – que, em 31 de dezembro de 2010, atingiu 44,068 milhões –, o incremento nos postos de emprego atingiu

todas as regiões e foi positivo em termos de remuneração, elevação da taxa de escolaridade e acesso da mão de obra feminina, jovem e acima de 50 anos no mercado. A RAIS 2010 detectou um aumento da escolaridade em todas as faixas de ensino (fundamental, médio e superior), tanto entre homens quanto entre as mulheres. Em se tratando de remuneração, ambos obtiveram ganhos reais: 2,62% para eles e 2,54% para elas.

Crescimento feminino – Apesar dos homens ainda ocuparem a dianteira, o crescimento dos ganhos reais femininos supera os masculinos em sete das nove faixas de instrução (está abaixo apenas

no Ensino Fundamental Completo e até o Quinto Ano Incompleto do Ensino Fundamental). No Ensino Superior Completo, por exemplo, as mulheres tiveram um aumento de 3,17% versus 1,36% para os homens.

Os dados ainda demonstram que o nível de emprego da mão de obra feminina apontou um crescimento de 7,28%, superior ao registrado para os homens (6,70%). “Esse comportamento resultou numa ligeira elevação da participação da mulher



no total de empregos formais, de 41,4% em 2009, para 41,6% em 2010, o que dá continuidade ao processo de expansão da força de trabalho feminina, verificado nos últimos anos”, pontuou Emília Veras.

Alta também entre os pardos, com ascensão de 11,23% da mão de obra assalariada em 2010, seguido dos negros, com 7,89%, enquanto a taxa de crescimento dos brancos ficou em 5,5%. Já no tocante aos rendimentos, o maior aumento foi registrado entre os negros (3,58%), seguidos dos pardos (3,05%), tendo os brancos, mais uma vez, na terceira colocação (2,47%). Eles, entretanto, ainda são detentores dos maiores rendimentos médios, embora com queda na diferença perante os negros e pardos quando comparados com os dados de 2009 – de 47,98% para 46,40% com relação aos negros; e de 42,57% para 41,78% frente aos pardos.

para o setor de Ensino, que apresentou alta de 11,04%. Administração pública direta e autárquica e Indústria da madeira e do mobiliário despontam em seguida, com taxas de crescimento de 5,30% e 4,26%, respectivamente.

Benefício – Esse dinamismo no mercado de trabalho beneficiou todas as regiões, mas com o Norte (9,90%) e o Nordeste (7,93%) apresentando as maiores taxas de crescimento em 2010. “São dessas duas regiões os estados que obtiveram as seis maiores taxas de crescimento entre as 27 unidades da Federação: Acre (14,31%), Maranhão (13,22%), Amazonas (12,97%), Rondônia (12,58%), Pernambuco (9,76%) e Pará (9,23%)”, apontou a coordenadora-geral de Estatísticas do Trabalho do MTE. A liderança na geração de empregos, entretanto, ainda é do Sudeste (1.362,9 milhão de novos postos de trabalho), tendo o Nordeste (588,6 mil postos) na segunda colocação.

Levando-se em conta a remuneração nos estados, a RAIS 2010 também é unânime em crescimento – os trabalhadores de todas as 26 unidades federativas, mais o Distrito Federal, passaram a ser mais bem remunerados no ano passado. O valor real, levando-se em conta a média de todos os estados, ficou em 2,57%. Mas em alguns, como Mato Grosso e Rio Grande do Norte, a alta foi superior aos 6%; enquanto a líder em crescimento, Paraíba, ultrapassou os 8%, seguida pelo Pará, com 7,54%.

Outra boa novidade é que a elevação do emprego atingiu todas as faixas etárias, com maior crescimento entre os jovens (19,06% para os de 16 e 17 anos) e os idosos (12,77% para os de 65 anos ou mais, e 10,28% entre os de 50 a 64 anos). As demais faixas etárias oscilaram entre 5,38% e 7,08%. Alta também na inserção de pessoas com deficiência física: 306 mil em 2010 ante os 288,6 mil de 2009.

Para Emília Veras, a RAIS 2010 revela um Brasil em processo de desenvolvimento, tanto econômico quanto social, mas com a missão de capacitar, ainda mais, a sua mão de obra para atender as demandas do mercado.

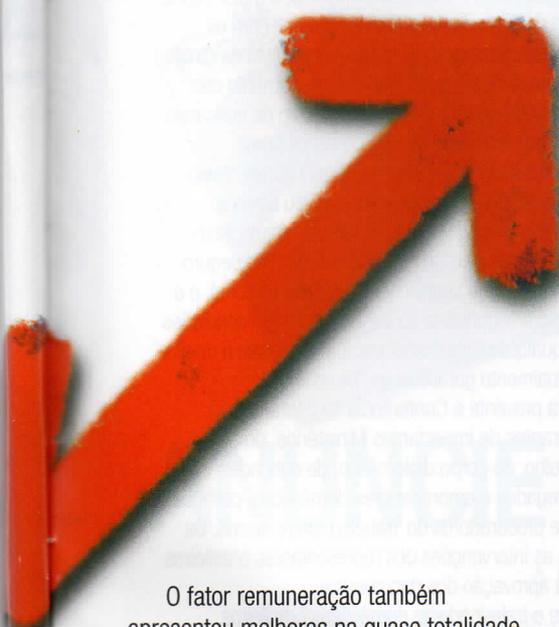
A opinião da técnica do MTE vem de encontro ao que tem defendido o Fonset ao longo dos últimos meses: a necessidade de o MTE destinar mais recursos para os

“Um fator importante no mercado de trabalho brasileiro é o processo de formalização que vem se desenvolvendo nos anos recentes, principalmente no setor de Serviços, que se revela em maiores garantias para os trabalhadores e menor volatilidade nos índices de desemprego. De outro lado, o Brasil passa a conviver com o crescente desafio de qualificação da mão de obra, para que possa continuar ampliando o emprego, mediante um crescimento econômico sustentável”

Emília Veras
coordenadora-geral de
Estatísticas do Trabalho do MTE



programas de qualificação executados pelas secretarias de Trabalho dos estados. O Fórum tem alertado que os recursos, hoje disponibilizados, são insuficientes para atender à demanda do país. “A persistir essa política, podemos ter, em 2011, uma RAIS não tão positiva como a de 2010”, alerta o presidente do Fonset, Nilton Vasconcelos.



O fator remuneração também apresentou melhoras na quase totalidade das atividades econômicas avaliadas: apenas a Agricultura registrou queda, devido ao ciclo sazonal das atividades ligadas ao cultivo de laranja e cana-de-açúcar. Na liderança da geração de empregos, o setor de Serviços (1,1 milhão de novos postos), seguido do Comércio (689,3 mil), Indústria de Transformação (524,6 mil) e Construção Civil (376,6 mil). E, na avaliação dos subsetores da economia, dos 25 analisados, apenas quatro apresentaram variação negativa. Destaque

A CONQUISTA DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

O mês de junho de 2011 foi único para milhões de trabalhadores domésticos de todo o mundo. A 100ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, realizada em Genebra, na Suíça, reuniu representantes de 183 países sob o lema "Construir um futuro com trabalho decente", elaborou a Convenção n.º 189 e Recomendação n.º 201 da OIT e assegurou direitos fundamentais para milhões de trabalhadores domésticos. Com 396 votos a favor, 16 votos contra e 63 abstenções, a maioria absoluta dos presentes aprovou os documentos, vitória que foi comemorada com aplausos e com a certeza da importância histórica daquele momento.

A estimativa da OIT é de que existam 53 milhões de trabalhadores domésticos em atividade, porém, em razão da informalidade que dificulta um levantamento mais preciso, os especialistas da OIT acreditam que este número pode chegar a 100 milhões. Destes, a maioria se encontra na Ásia, seguida pela América Latina e Caribe. A Europa tem o menor índice de empregados domésticos, estimado em 595 mil trabalhadores, a maioria imigrante.

No Brasil são mais de sete milhões de trabalhadores domésticos, cujo trabalho foi normatizado pela Lei n.º 5.859/72, pelo Decreto Regulamentador n.º 71.885/73 e por leis posteriores como a Lei n.º 11.324/2006. A Constituição Federal de 1988, embora tenha representado um grande avanço no campo social, não assegurou a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, discriminação expressa no artigo 7º, caput, o que contribuiu para que essa importante parcela da população economicamente ativa permanecesse excluída de importantes benefícios.

Mas a realidade é que os trabalhadores domésticos ainda representam uma categoria profissional das mais excluídas social e economicamente, resquício do longo período de escravidão com que conviveram o Brasil e outros países do mundo. O estímulo ao trabalho doméstico decente, regulamentado, garante à sociedade a elevação do nível de vida dos trabalhadores, contribuindo para a melhoria das presentes e futuras gerações.

As principais conquistas no âmbito dos dois documentos agora adotados pela OIT são, em resumo: a definição de trabalhador e empregador doméstico, a promoção e a proteção efetiva de direitos humanos, o respeito à liberdade de associação e à liberdade sindical, o reconhecimento do direito de negociação coletiva, a adoção de medidas para eliminar todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil, a eliminação de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a fixação



Delaide Miranda Arantes

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Pós Graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Magistério Superior, Docência Universitária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC - GO)

de idade mínima para os trabalhadores domésticos e a proteção dos trabalhadores domésticos contra qualquer forma de abuso e violência.

A Convenção e a Recomendação estabelecem ainda o dever do empregador de informar aos trabalhadores domésticos sobre suas condições de emprego, com contratos escritos, jornada, salário a ser pago, periodicidade de pagamento, tipo de trabalho a ser realizado, horas normais, férias anuais, períodos de descanso diários e semanais, contrato de experiência, condições de repatriação, se for estrangeiro, e condições de término de contrato com aviso-prévio, tanto da parte do empregado como do empregador domésticos.

Do ponto de vista de princípios, a maior vitória foi a garantia de igualdade de direitos com os demais trabalhadores, como a conquista do direito à jornada de trabalho fixa, com pagamento das horas correspondentes a um período de descanso semanal remunerado mínimo de 24 horas consecutivas, e o direito às horas de sobreaviso como extras. A Conferência aprovou ainda a garantia de pagamento do salário mínimo, sem distinção de sexo, o direito a um trabalho seguro e saudável, de acordo com a prática nacional, e o direito à seguridade social, nas mesmas condições de qualquer trabalhador comum, inclusive o direito

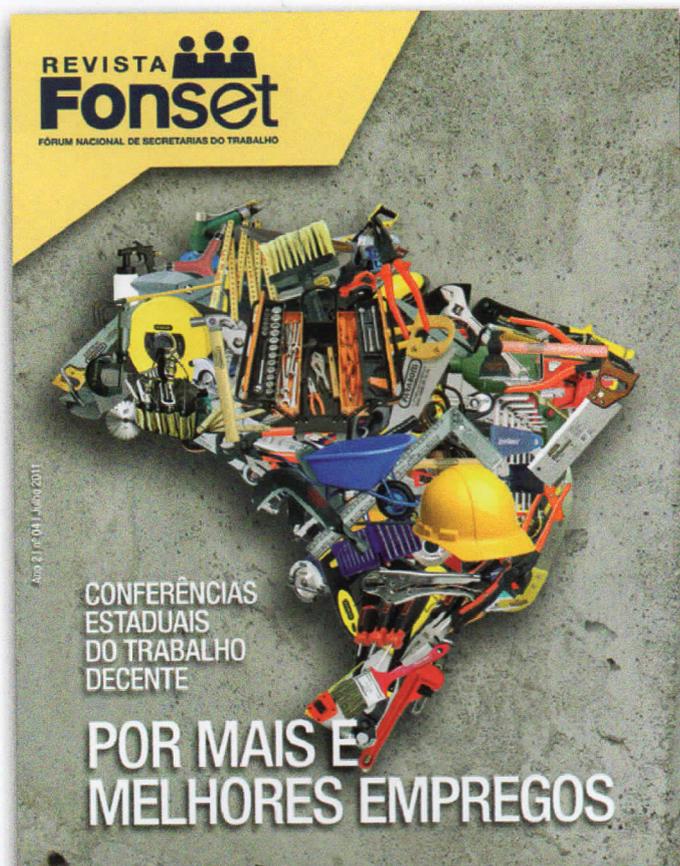
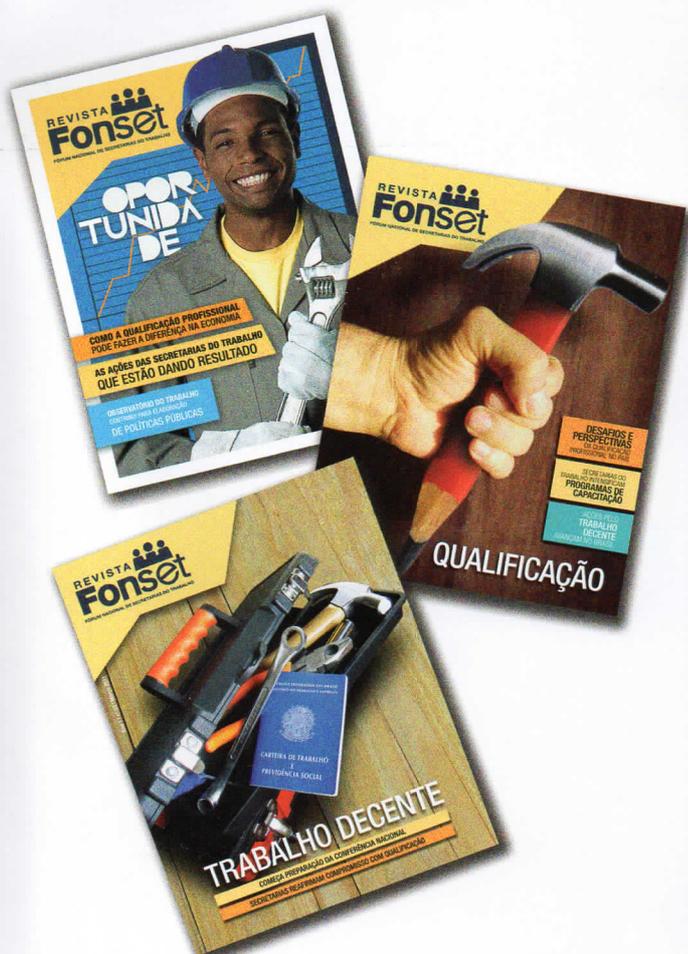
à licença maternidade, atualmente garantida em lei no Brasil.

A delegação brasileira presente à Conferência foi bastante ativa, composta por integrantes de importantes Ministérios, do Tribunal Superior do Trabalho, do corpo diplomático, de entidades representativas dos empregados e empregadores domésticos, políticos, magistrados, advogados e procuradores do Trabalho, entre outros. Os debates foram intensos e as intervenções dos representantes brasileiros contribuíram muito para a aprovação dos documentos.

Para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos brasileiros, o momento é de comemoração, mas o desafio agora, de toda a sociedade, é fazer com que se cumpra o estabelecido na Convenção 189 e na Resolução 201 da OIT, para que possamos, no futuro, viver em um país mais justo, com igualdade de direitos e oportunidade para todos.

Faço, por fim, um chamado ao Brasil, às autoridades de todos os poderes da República, para que unam esforços para que o país seja o primeiro a ratificar a Convenção 189 e a Recomendação 201 da Organização Internacional do Trabalho. Neste esteio, é também muito importante a realização de eventos de âmbito nacional e estadual, garantindo, assim, a ampla divulgação das normas internacionais recentemente aprovadas.

A GENTE TRABALHA DURO PARA O BRASIL PODER TRABALHAR



ANUNCIE NA REVISTA FONSET

A Revista Fonset já está em sua quarta edição.

Além de divulgar as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Trabalho dos Estados, promove o debate sobre as políticas do sistema público de emprego.

Com distribuição nacional, a Revista Fonset atinge um público formador de opinião com grande capacidade de análise crítica. Uma excelente oportunidade para anunciar seus produtos ou serviços.

Ligue (71) 3115.3398 ou mande um e-mail para
forum.fonset@gmail.com
e informe-se como anunciar numa revista de alto nível.





A distância entre inovação tecnológica e educação de qualidade ficou tão pequena que mereceu ganhar três prêmios.

Receber os prêmios E-learning Brasil 2010/2011 e 2009/2010, além do Prêmio FINEP de Inovação é o resultado do esforço e do contínuo trabalho do SENAI para oferecer educação profissional de excelência. Esse reconhecimento é um incentivo para continuarmos na busca da inovação em tecnologias educacional, digital e social.

CNI
SESI
SENAI
IEL

SENAI

www.senai.br/ead